



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

DIVERSIDADE E INCLUSÃO: DISCUSSÕES ACERCA DAS DIFERENÇAS E SÍNDROME DE BERARDINELLI

Artur de Medeiros Queiroz (1); Everton Bedin (2);

- i) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, medeirosqueiroz1991@hotmail.com
- ii) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bedin.everson@gmail.com

Resumo

Este artigo emerge do princípio da discussão teórica de gênero e da escola da diversidade, sobretudo, pelo viés da deficiência no contexto escolar. Neste berço, marcam-se processos de preconceitos e diferenças, resultando em práticas sociais que implicam na aceitação e construção identitária das mulheres com Síndrome Berardinelli e, concomitantemente, interage-se e relaciona-se com a comunidade escolar. Tal razão, pela qual se justifica o retrato dessa pesquisa, é pelo fato da Síndrome de Berardinelli ser rara e que, conseqüentemente, não tem proporcionado discussões no campo antropológico e sociológico da educação, corroborando e inquietando os leitores e produzindo novos conhecimentos acerca da Síndrome. A metodologia escolhida é de cunho qualitativo em um viés de estudo de caso, com preservação dos sujeitos-participantes e exploração das narrativas de suas histórias de vida. O trabalho se desenvolveu com duas mulheres com Síndrome de Berardinelli, residentes nas cidades de Carnaúbas dos Dantas e Currais Novos na região do sertão do Rio Grande do Norte e associadas à Associação de Pais e Pessoas com Síndrome Berardinelli do Estado do Rio Grande do Norte – ASPOSBERN. A pesquisa traz discussões acerca da escola da diversidade no sentido amplo, uma vez que a escola, por ser uma instituição crítica e reflexiva frente a construção de sujeitos capazes de entender e modificar o mundo atual com atitudes, habilidades ou competências, necessita de mudanças que possam favorecer a construção do respeito às diferentes.

Palavras-chave: Contexto escolar; Síndrome Berardinelli; gênero.

Introdução

A escrita deste trabalho arquitetou-se a partir da acanhada produção de conhecimento científico que se tem acerca do mundo das pessoas com Síndrome Berardinelli, e desconhecido pela sociedade, fato pelo qual se justifica a importância de retratar, neste espaço de construção de conhecimento e saberes, outras pesquisas que possam, de alguma forma, somar com a iniciativa. Mas, então, o que é a Síndrome Berardinelli?

É uma doença de caráter autossômico recessivo, diretamente associada à consanguinidade, podendo, a lipoatrofia, ser evidenciada desde o nascimento ou ter o seu desenvolvimento na infância, precedendo o início do diabetes Mellitus. Acomete ambos os sexos, praticamente na mesma proporção, o



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

grau de envolvimento varia em cada paciente, geralmente observa-se ausência do tecido adiposo na face, dorso, tronco, extremidades superiores, regiões intra-abdominal e perrineal, desenvolvimento somático e esquelético acelerados, flebomegalia, hepatomegalia com infiltração gordurosa, macrogenitossomia precoce, hirsutismo, hiperpigmentação cutânea com ou sem acanthosis nigricans, hiperlipidemia, hiperinsulinismo, hiperglicemia insulino – resistente e hipermetabolismo sem hipertireodismo (BARACHO, 1998, p. 88-90)

Portanto, levantou-se a inquietude de compreender a aceitação do corpo das mulheres, as quais possuem, tanto para si quanto para pais, familiares e pela própria sociedade que as estereotipam, por apresentarem características físicas masculinas mais acentuadas, construídos sobre estes sujeitos e suas implicações causadas no processo de escolarização.

Para esclarecer, não se trata aqui como desconstrução de um corpo em busca de uma idealização própria, mas pelo nascimento de um corpo masculinizado e musculoso, não permitindo o direito de escolha. Portanto, o processo de aceitação é paulatino primordialmente pelos pais, familiares e de si próprio, pois, de imediato, as rejeições são influenciadas pela sociedade ao questionarem se “estas são suas filhas?”, “isto não saiu da sua barriga?”. Já, para as mulheres com a Síndrome, o seu corpo é motivo de infelicidade, fazendo-as se privarem de frequentar espaços sociais e públicos, por já se sentirem vergonhadas e excluídas socialmente.

Assim, nada melhor do que problematizar os preconceitos e as diferenças no contexto escolar, haja vista a produção de pesquisas no âmbito educacional tem crescido qualitativamente sobre questões que se referem às pessoas com deficiências, preconceitos e diferenças. Assim, também, é uma tentativa de compreender a conquista do território, isto quando se consegue conquistar, existindo conflitos e disputas, marcados por processos de exclusão e inclusão pelos atores sociais e comunidade escolar.

Outro aspecto que se destaca neste trabalho, deve-se pelo fato de fisicamente parecerem homens e agirem como mulheres, o que ocasiona para o Outro a dúvida, o estranhamento sobre sua sexualidade por desconhecerem a sua Síndrome, não se sabe se é homem, mulher ou travesti, o que ocasiona discutir a exclusão do sexo feminino. Neste âmbito, para a visão antropológica, a aceitação ou rejeição do sujeito em um



determinado grupo se dá por via do compartilhamento de ideias e influências, as marcas da diferença do Outro é o ponto de equilíbrio para a construção da identidade, este processo dá-se a partir das interações sociais.

Caminhos metodológicos

A pesquisa configura-se em um estudo de caso de cunho qualitativo, portanto, tem a funcionalidade de compreender um fenômeno. Contudo, nosso diagnóstico vai além da descrição, buscando a interpretação dos dados.

No entendimento de Godoy (1995, p. 25)

[...] visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação particular [...] tem se tornado a modalidade preferida daqueles que procuram saber como e por que certos fenômenos acontecem os dos que se dedicam a analisar eventos sobre os quais a possibilidade de controle é reduzida ou quando os fenômenos analisados são atuais e só fazem sentido dentro de um contexto específico.

A investigação foi desenvolvida com duas mulheres com Síndrome Berardinelli de Carnaubas dos Dantas e Currais Novos na região do sertão do Rio Grande do Norte e associadas à Associação de Pais e Pessoas com Síndrome Berardinelli do Estado do Rio Grande do Norte – ASPOSBERN. Nesta associação são cadastrados atualmente em torno de 37 casos de pessoas com Síndrome Berardinelli entre homens e mulheres. As mulheres apresentam um índice superior de 20 casos em relação a 17 casos de homens com uma variação etária de 1 ano a 55 anos. A pesquisa objetivou-se trabalhar com mulheres da Síndrome de Berardinelli acima dos 18 anos.

A escolha das mulheres com Síndrome Berardinelli se deu a partir da aproximação para com as mesmas e por apresentarem condições econômico-social diferentes, viventes de realidades opostas. Considera-se que, sem distinção de nenhuma pessoa com Síndrome Berardiinelli, não há existência de sofrimento, preconceitos e discriminações devido à complexão física, portanto, resulta-se em uma amostra da realidade dos mesmos.

Utilizou-se da coleta de dados que foi desenvolvida a partir da aplicação de um questionário oral para que as mulheres pudessem se sentir mais à vontade. A análise dos



dados ocorreu de forma minuciosa e detalhada. O tratamento utilizado na pesquisa por entrevistadas A e B foi para dar confiabilidade e não identificá-las.

Diferenças de gênero

Notadamente, a relação entre homem e mulher é estabelecida por diversas diferenças intelectualmente, sentimentalmente, geneticamente, comportamentalmente e biologicamente. Estas são colocadas em estado de desigualdades, tornando-as propícias a exclusão social. Nesta trajetória, sabemos que a exclusão da qual as mulheres são atingidas pode estar associada por diversos fatores: ambientais, culturais, econômicos, políticos e sociais, oriundas das diversas formas de exclusão social.

Constatando estas dimensões a partir da historiografia, buscamos explicações a partir das descrições dos acontecimentos. Assim, ao longo da história, Silva (2008, p. 17)

[...] mostra que durante muito tempo as mulheres foram excluídas da vida pública e confinada à esfera privada. Os relatos as mostram submissas, resignadas e conformadas com os ideais e tarefas que lhes eram atribuídos. No entanto, a história hegemônica, e logo amplamente divulgada, foi escrita em larga escala por homens, que, pactuando com o ideal de exclusão...

Do período Colonial até a Primeira República, o gênero feminino nem teve vez e voz nos cenários educacional, político, cultural e social; esta “libertação” só veio depois de 322 anos. Isto, de fato, pode ser compreendido pela configuração da sociedade e das famílias subordinadas pelos homens. A organização do patriarcado é forte e rígido sistema de dominação-exploração. A autora Saffioti (1987), nos vem dizer que:

[...] o patriarcado não se resume no sistema de dominação, moldado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico [...] Desta sorte, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração. (p. 50-51).

Nesta pressuposição, investigamos e estudamos a evolução histórica da relação entre homens e mulher desde os primórdios; logo, podemos constatar a predominância



da consciência política do conceito machista proeminente na sociedade, fato que evidencia a exclusão social.

A igualdade das mulheres em relação aos homens não foi ainda conquistada, a mulher naturalmente se destacou no lar e a educação das crianças, automaticamente, encontra-se sujeitada a viver na esfera privada. Por exemplo, a condição de inferioridade limita em tais ações praticadas e espaços predominantes, tais como: a casa, à cozinha, à Igreja, à escola dos filhos.

Parece que ainda no século XXI a sociedade se estabelece desta forma, embora a força dos movimentos sociais, legitimação de políticas públicas que lutam a favor da mulher e o direito à educação, tenham mudado a realidade de muitas mulheres. Contudo, em leituras observamos que o direito à educação sancionada por lei na Constituição 1988 e nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1996 ainda é negado a uma parcela da sociedade subalterna. Muitas crianças chegam até frequentar a “[...] escola porque os pais (ou outros adultos responsáveis) as obrigam a ir. É claro que os pais também o fazem por obrigatoriedade legal, mas é antes o valor cultural que os impulsiona” (FERREIRA, 2009, p. 15).

Todavia, nas entrevistas, especificamente no discurso da entrevistada A, entendemos que, embora tenha frequentado a escola e desistido pelo preconceito sofrido, lhe restou fazer aos afazeres de casa. “Sou cadeirante, então ajudo mãe a lavar, enxugar os pratos e botar a mesa, já que no restante do dia adoro ouvir rádio e ligar pra lá, às vezes vou conversar na vizinha”.

Ainda para a entrevistada A, no início da sua ida à escola, ainda não se tinha o nome científico da Síndrome Berardinelli, mas, com sua descoberta, “[...] a sociedade passou a conhecer o nome científico, o que é a síndrome e como cuidar dessas pessoas, no entanto, isso ainda é um processo muito lento” (DANTAS, 2005, p. 113).

Entretanto, a entrevistada B concluiu a educação básica, mesmo diante dos preconceitos e diferenças, levando em consideração que foi feito um trabalho de conscientização da Síndrome na escola e na sociedade, conquistando seu espaço na sociedade. Agora, frequenta o espaço universitário concluindo Serviço Social.

Muito embora no início da escolarização, enquanto criança, a entrevista B passou por diversos preconceitos, como descreve:



“Me lembro muito pouco, mas minha mãe me falava que quando ia pra escola eu chorava muito porque eu não queria ficar devido que meus colegas me chamavam de apelidos constrangedores e eu era muito indefesa porque eu não sabia explicar a Síndrome, também muito pequena”.

Referente a questões do corpo, a entrevistada B se encontra conformada com seu corpo, pois menciona que sempre teve um trabalho de alto-estima, portanto “sempre fui conformada o que Deus me deu”. Neste mesmo desenho, apresentamos o registro da entrevistada A sobre a visão da mãe sobre seu corpo.

“Minha mãe me disse que quando eu nasci não sabia se eu era homem ou mulher. Como é que pode eu nascer com vagina e o corpo masculinizado? Teve vezes que minha mãe me vestiu de homem de tão confusa. Foi algo que ela nunca tinha visto na vida.”

Neste viés, entendemos que o papel da família é muito importante no processo de escolarização do filho, tendo em vista que a criança, um ser ainda indefeso no sentido de se defender quanto aos insultos e preconceitos que enfrenta na escola e fora dela, carece de auxílio e ajuda. Assim, os pais se tornam a maior referência para elas, já que enfrentam muitas coisas juntos com outras crianças. Esses afazeres, como feitos na companhia do outro quando está doente ou a própria regração na alimentação, pois a criança com Síndrome Berardinelli na escola deveria comer alimentos saudáveis como frutas, às vezes, maximizam desejos inalcançáveis pelos portadores da Síndrome, pois comer algo fora do padrão da “dieta” pode ser muito complicado, principalmente as mulheres com Síndrome Berardinelli, as quais são diabéticas desde criança.

Escola da diferença e da diversidade

Vivendo em uma era de globalização, marcada pela proliferação das tecnologias de informação e comunicação, pela economia, pelos padrões de uma vida solidificada eticamente e por uma cultura existente no berço das ruas, das instituições de ensino e nos mais diferentes lugares, a escola, por ser uma instituição crítica e reflexiva frente a construção de sujeitos capazes de entender e modificar o mundo atual com



atitudes, habilidades ou competências, necessita, em pleno século de mudanças, favorecer a construção do respeito às diferentes.

Neste viés, entende-se que a escola não pode ficar estagnada frente a necessidade de atualizações, compreensões e mudanças nos paradigmas epistemológicos da educação, pois acreditamos fielmente que desta forma a aprendizagem, indiferentemente dos meios utilizados para este abarco, possa ser construída no coletivo e de forma significativa.

Nesta vertente, Gadotti (2000, p 41) interroga quando fala: “que tipo de educação necessitam os homens e as mulheres dos próximos 20 anos, para viver este mundo tão diverso?” pensar de forma crítica nas palavras de Gadotti, compreende-se certamente de que os estudantes, em pleno século XXI, precisam de uma educação marcada a valorização e respeito as diferenças. Uma educação para a diversidade.

Portanto, para que se tenha uma educação pautada nas políticas de Educação em Direitos Humanos e todas as políticas educacionais de modo a garantir a inclusão social e educacional dos grupos excluídos socialmente, sobretudo, as pessoas com Síndrome Berardinelli, a família deve assumir esse papel lutando e defendendo veemente, uma vez que a família é o primeiro grupo social onde as pessoas com Síndrome Berardinelli dão seus primeiros passos, são ensinados valores culturais e éticos e aprendem a conviver em sociedade com outros grupos e em diferentes espaços sociais (DANTAS, 2005).

A família, ao inserir socialmente seu filho com a Síndrome, pode possibilitar a inclusão. No entanto, a ausência nos grupos e espaços sociais reforça práticas discriminatórias da sociedade. Assim, a família precisa acreditar nas potencialidades que todos têm para vencer as barreiras, isto é, cada sujeito com a Síndrome precisa acreditar nas suas potencialidades e habilidades, aceitar-se e reconhecer-se que é capaz de vencer e ter uma vida normal perante a doença.

É evidenciado, conforme Dantas (2005), que famílias de pessoas com Síndrome Berardinelli

[...]por terem um nível de conhecimento bem mais aprofundado no tocante à Síndrome, encaminham seus filhos para desenvolver todo o seu potencial, introduzindo-os na escola e em todos os lugares desde o seu nascimento, enfrentando todos os preconceitos em que a sociedade os espera, sendo assim, com o passar do tempo, a própria sociedade adapta-se a esse outro,



que é considerado o diferente, descobrindo nele habilidades que muitas vezes o dito normal não tem para com o seu semelhante (p. 86).

Nesta perspectiva, o documento para a Educação em Direitos Humanos (EDH) é constituído por um conjunto de dispositivos legais e norteadores que visam assegurar, maiormente, o direito à educação, isto acontecerá mediante a adoção sistemática das diretrizes dos sistemas de ensino e suas instituições, bem como todos os sujeitos envolvidos nesse processo. Com isso, a Educação em Direitos Humanos objetiva-se promover a mudança e a transformação social para buscar os princípios da dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade e sustentabilidade socioambiental.

A formação integral para a vida e convivência dos sujeitos de direitos, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural necessita que os sistemas de ensino e suas instituições adequa às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos.

Em outras palavras, as políticas públicas em educação garantem que nenhuma escola ignore o direito à educação, possibilitando a socialização das pessoas com Síndrome Berardinelli com o outro; a construção de sua identidade. Assim, o saber conviver ocasiona o respeito e a aceitação às diferenças do sujeito com Síndrome Berardinelli, sem restrições, limitações em função das características que possam servir para marcar suas identidades.

Nesta perspectiva, podem desenvolver suas potencialidades e buscar eliminar todas as formas de preconceitos e discriminações que existirem no cotidiano escolar, almejando conquistar seu espaço no grupo social e, por conseguinte, a inclusão escolar (OSÓRIO, 2005).

É necessário desconstruir os paradigmas referentes à educação movida pelo grande desafio da educação inclusiva, ou seja, antes as instituições educacionais eram compreendidas como um espaço para um grupo restrito, elitista, marcada pela exclusão social dos grupos minoritários, historicamente processadas. Atualmente, preza-se por uma educação de qualidade para todos, ponderando as diferentes culturas, a diversidade,



as díspares necessidades para a aprendizagem como forma de democratizar o ensino, oferecendo condições e oportunidades para o sucesso nas formações profissional e social por serem tratadas como questões de democracia e cidadania.

Assim, não é permitido que escolas continuem “[...] ignorando o que acontece ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, étnicas – nos processos pelos quais forma e instrui os alunos” (MANTOAN, 2006, p. 15). Esse novo modelo de educação inclusiva como forma privilegiada na correção das “diferenças sociais e culturais de cidadania”, principalmente dos alunos com deficiência, tornou-se de fato a partir dos meados da década de 1990.

Esses princípios da educação inclusiva presentes na Constituição Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96 são subsidiados pelos documentos históricos e internacionais como a Declaração de Salamanca (1994) “que, inspiradas no princípio da escola para todos, defendem a universalização da qualidade do ensino, e que todas as escolas reconheçam a diversidade e as diferenças, promovam a aprendizagem e atendam às necessidades de cada aluno” (MELO, 2009, p. 1-2).

A Declaração Internacional de Montreal sobre inclusão (2001) preconiza aos governos, empregadores, trabalhadores e comunidade a se comprometerem com o desenho inclusivo à aplicação em todos ambientes, produtos e serviços para benefícios de todos. A Convenção da Organização dos Estados Americanos (2001) preconiza a eliminação de toda e qualquer forma de discriminação às pessoas com deficiência.

Conforme a pesquisa de Dantas (2005), o levantamento dos 17 sujeitos colaboradores conforme o seu nível de escolaridade, 10 sujeitos estão frequentando a escola e 7 deixaram de estudar por vários motivos: falta de incentivo, não aprendiam nada, eram discriminados, o preconceito do corpo (nas mulheres as características do corpo as masculinizam), o medo da família, o desconhecimento de professores e da comunidade sobre a Síndrome, a convivência com o diferente, os problemas da saúde-doença, dentre tantos outros.

Portanto, o direito à educação não pode ser negado mediante a qualquer atitude preconceituosa e discriminatória, uma vez que os princípios da Educação em Direitos Humanos balizam a formação integral e da consciência cidadã afirmando valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os



espaços da sociedade, é nesse vértice que as pessoas com Síndrome Berardinelli lutam pela inclusão educacional e social. Hoje, o panorama da inclusão educacional e social das pessoas com Síndrome Berardinelli vem mudando devido à efetivação das políticas educacionais proporcionando a convivência com os mesmos.

Considerações Finais

Diante do exposto, percebemos o quão complexo é compreender a educação e as relações entre os atores educacionais e sociais que constituem uma sociedade pluralista e diversificada, mas que permanece a cultura da desigualdade, do preconceito, das diferenças.

Portanto, a centralização da discussão sobre as mulheres com Síndrome Berardinelli acrescenta e engrandece a importância de se estudar quanto a educação e suas respectivas correlações (gênero, deficiência, identidade, dentre tantos outros), pois a escola proporciona um campo de constantes estudos, buscando entender suas dinâmicas e relações com a sociedade. Desse modo, a escola é desafiada pela sociedade a compreender, refletir, conscientizar e transformar esta cultura discriminatória e preconceituosa que se tem pelas diferenças.

Todavia, deparamo-nos com uma escola estagnada; que parou-se no tempo, resistentes a mudança, a transformação marcada por incertezas e incongruências, em outras palavras, Petraglia (2006, p.10) diz que

A escola também reforça e dificulta o enfrentamento das contradições e adversidades da vida, com currículos fragmentados, práticas tecnicistas e teorias que não respondem mais aos desafios da contemporaneidade. A formação de administradores escolares e de professores, que irão atuar neste contexto crítico, parece não privilegiar a religação dos saberes, valorizando, ainda, a disciplinarização que simplifica e reduz práticas e teorias educacionais.

Muito embora se saiba que as práticas educativas tem o poder de transformar o outro, a busca pela alteridade tem sido um grande desafio para uma sociedade contemporânea, que julga sem conhecer e que prevalece o individualismo nas práticas sociais, deixando de lado a concepção de uma sociedade coletiva e organizada. Práticas em que o sujeito está sempre em construção seja por estar inserido em uma sociedade



em mudança, a partir das relações e práticas sociais ou por construir seu ser, suas concepções, sua forma de pensar e agir constituindo uma identidade própria.

Portanto, a construção utópica de uma sociedade igualitária e respeitosa para com o outro e suas diferenças deixou de ser um sonho para ser uma realidade, embora ainda distante por ter raízes de uma sociedade homogênea, autoritária e singularista. Quanto as entrevistas, podemos entender que o desejo e a busca pelos direitos e sonhos tem mostrado riquezas e objetivos alcançados, uma vez que, quando deixa-se de lado as diferenças e as próprias alusões internalizadas, pode-se acreditar em si e vencer as mais variadas barreiras.

REFERÊNCIAS

AMARAL, D. M. **Avaliação dos níveis de leptina e resistência insulínica na Síndrome de Berardinelli – Seip.** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ / Faculdade de Medicina, 2005. Disponível em: <http://www.medicina.ufrj.br/download/teses/Pos-Endocrinologia/2005-TeseMestrado-DanielaMendesAmaral.pdf>. Acesso em: 13 out. 2014.

AMARAL, Lígia Assumpção. **Pensar a diferença / deficiência.** Brasília: CORDE, 1994.

ARANHA, M. S. F. (Org.). **Educação Inclusiva: a escola.** V. 3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BARACHO, M. F. P. *et al.* **Avaliação dos níveis de leptina e insulina em pacientes portadores de diabetes lipoatrófico congênito generalizado.** Wenslab, V. H., n. 29, p. 81-95, 1998.

BRASIL. **Constituição [da] Republica Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília: 1996.

Convenção da Organização dos Estados Americanos. DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001.

DANTAS, Virgínia Kelly de Souza Cândido. **Síndrome de Berardinelli: territorialidade e imaginário.** – Natal, RN: 2005.

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE MONTREAL SOBRE INCLUSÃO. (aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional " Sociedade Inclusiva" , realizado em Montreal, Quebec, Canadá).

FERREIRA, Adir Luiz. **A escola socializadora: além do currículo tradicional.** Natal, RN: EDUFRN, 2009.



GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000.

GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, Mar./Abr. 1995^a, p. 57-63.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e diversidade cultural: refletindo sobre as diferenças presentes na escola**. 1999. Artigo publicado no site: www.mulheresnegras.org/nilma Acessado em: 28/08/2008.

MANTOAN, M. T. E.. **Inclusão Escolar: o que é? Por que? Como fazer?**. 2a.. ed. São Paulo/SP: Editora Moderna, 2006. v. 01. 64p.

MELO F. R. L. V. de. Mapeando, conhecendo e identificando ações da Universidade Federal do Rio Grande do Norte diante do ingresso do estudante com deficiência. In: MARTINS, L. A. R. et al (Orgs.). **Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos**. Natal/RN: EDUFRN, 2009, p. 240.

OMOTE, S.. **Perspectivas Para Conceituação de Deficiências**. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, Piracicaba, v. 2, n.4, p. 127-135, 1996. Disponível em: http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista4numero1pdf/r4_art11.pdf . Acessado em: 16 out. 2014.

OSÓRIO, A. C. do N. **Inclusão escolar: em busca de fundamentos na prática social**. In: BRASIL. Ensaios pedagógicos – construindo escolas inclusivas. 1. ed. Brasília : MEC, SEESP, 2005.

PETRAGLIA, I. C. . **Sete idéias norteadoras da relação Educação e Complexidade**. In: ALMEIDA, Cleide; PETRAGLIA, Izabel. (Org.). Estudos de Complexidade. 1ed.São Paulo: Xamã, 2006, v. 1.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. (1987) **O poder de macho**. São Paulo: Moderna.

SILVA, Alessandro Soares; BARBOZA, Renato. **Diversidade sexual, Gênero e Exclusão Social na Produção da Consciência Política de Travestis**. Athenea Digital – num. 8: pp. 27- 49. São Paulo, SP: PUC- SP. ISSN: 1578-8946.

SILVA, Raquel Guimarães. **Gênero, cuidado e deficiência: um estudo no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**. 2008. 58 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção** –Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca, 1994.